

## Ata da Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp – Sintunesp / Araçatuba

Em Assembléia Local do Sintunesp, realizada em Araçatuba, no dia 16 de março de 2007, às 14:00 hrs, estiveram presentes dezoito (18) servidores técnico-administrativos e dois (02) representantes discentes para tratar da Campanha Salarial/2007 e outros assuntos.

O Coordenador Jurídico do Sintunesp, Wagner Alexandre, disse que apresentará uma proposta para a Pauta Específica de reajuste do patrocínio da Reitoria ao Plano Mais Unesp Saúde, que seja equivalente aos reajustes de mensalidade autorizados pela ANS.

A categoria discutiu a Pauta Unificada proposta pelo Fórum das Seis (F6) e a “construção da greve” em defesa da autonomia universitária, contra os Decretos do Gov. Serra; pela regulamentação em Lei do repasse de recursos às universidades (11,6% do ICMS) e ao Centro Paula Souza (2,1% do ICMS) e garantia de financiamento à educação em geral (33% da receita total de impostos); e pela criação de melhores condições de salário, de trabalho acadêmico e de inserção social para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza.

Discutiu-se, ainda, as duas (02) propostas de reajuste salarial definidas pelo F6, que são equivalentes quanto ao montante de recursos e levaram em conta estimativas feitas cf. o Índice do Custo de Vida ICV-DIEESE. São elas:

Proposta I – Reajuste de 6,91%, índice que recupera o poder aquisitivo dos salários a maio/2001;

Proposta II – Parte salarial fixa + Índice de 3,38%. A parte fixa (estimada em torno de R\$ 200,00) deverá ser recebida igualmente por todos os servidores técnico-administrativos e docentes (possivelmente de modo proporcional à jornada de trabalho). E o índice de 3,38% cobre a inflação do período de abril/2006 a abril/2007.

Os presentes foram informados de que a Diretoria Colegiada do Sintunesp, em reunião do dia 08/03/07, decidiu encaminhar ao F6 uma proposta de reajuste salarial fixo, em Reais, a ser pago igualmente a servidores técnico-administrativos e docentes (o Sintunesp já havia defendido em outro ano proposta de reajuste escalonado: mais para quem ganha menos). E que, na última reunião do F6, em 15/03, a proposta de reajuste salarial fixo foi defendida firmemente, inclusive por representantes Docentes.

Os servidores técnico-administrativos presentes à Assembléia Local do Sintunesp/Araçatuba entenderam que a proposta I de reajuste, resultaria em valor irrisório para a maioria dos servidores e que isso não os mobilizaria para a luta neste ano. Já a proposta II, em função da parte salarial fixa, faria justiça àqueles servidores que comumente se dispõem a lutar, participando das campanhas salariais e de outros movimentos reivindicatórios, geralmente os servidores que ganham menos. Além disso, ela possibilitaria uma redistribuição de renda no interior das universidades diminuindo (em parte) o “fosso” que separa os maiores e os menores salários. E, apesar de ambas as propostas requererem o mesmo montante de recursos, a proposta II (que NÃO é ABONO) resultaria na mobilidade dos salários e mudaria o peso dos reflexos (qüinqüênios, p.ex.) sobre as diferentes faixas salariais, levando a um menor comprometimento futuro com a Folha de Pagamentos.

Entenderam, ainda, que a proposta II significa um avanço na metodologia de reajuste salarial adotada pelo F6 e que o seu viés político a contrapõe à perversidade da desigualdade social e à insensibilidade da classe política. A redistribuição de renda é propalada em discursos demagógicos da classe política brasileira, mas não é implementada de fato. A nova metodologia de reajuste salarial do F6 vai do discurso à prática. É, portanto, um exemplo a ser seguido de **SOLIDARIEDADE** da classe trabalhadora e de **RESPONSABILIDADE SOCIAL** das universidades e do Centro Paula Souza que, apesar de ações contrárias do Governo Paulista, gozam [ainda] de autonomia para implementá-la.

Diante disto, os servidores técnico-administrativos presentes aprovaram:

- a) a Pauta Unificada proposta pelo F6 e a “construção da greve”, por unanimidade dos votos;
- b) a proposta II de reajuste salarial (Parte fixa + 3,38%), por grande maioria de votos, exceto uma (01) abstenção.